

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Vol 3

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

Américo Junior Nunes da Silva

Ivanete dos Santos de Souza

Ismael Santos Lira

(Organizadores)

**Atena**
Editora
Ano 2022

Vol 3

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kápio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
 Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
 Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
 Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
 Ilvanete dos Santos de Souza
 Ismael Santos Lira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Ismael Santos Lira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-258-0712-6
 DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.126222511>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lira, Ismael Santos (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Temos alguns pilares que inspiram a organização deste livro: o reconhecimento da educação enquanto fenômeno social, as perspectivas que permeiam o processo educacional, harmonizando com o reconhecimento de tendências que forjam a educação como um campo de pesquisa multidisciplinar em contínua e necessária evolução.

Pensarmos a educação enquanto fenômeno social nos conduz a considerar como não triviais o contexto cultural e tudo que dele decorre: os hábitos compartilhados socialmente, os valores morais que identificam uma coletividade específica, as crenças que a mantém coesa. Durkheim (1985), já no início da constituição da Sociologia como disciplina acadêmica, chamava atenção para o fato social como aquilo que perpassa pelos modos de pensar, agir e sentir; que reverberam sobre os indivíduos, exercendo uma “força” sobre as adaptações as regras socialmente estabelecidas. A educação, por exemplo, é um fato social, pois durante todo esse processo os indivíduos vão se desenvolvendo enquanto sujeitos e preparando-se para a vida em sociedade.

Nesse novo século, temos como tendências (não apenas essas), para as práticas pedagógicas, o uso cada vez mais acentuado das tecnologias digitais da comunicação e informação, como a cultura maker, a gamificação e a realidade virtual, destaque para atividades escolares que busquem, de fato, o protagonismo dos estudantes como, por exemplo, a aprendizagem baseada em problemas. Essas tendências estão sendo implementadas, mesmo que timidamente, em algumas instituições de educação ao redor do mundo.

Nesse cenário, viu-se ainda com mais clareza a necessidade de rever o processo formativo dos professores a fim de atender as demandas curriculares e pedagógicas. Cabe aqui localizar o leitor quanto ao contexto social em que os estudos, aqui apresentados, foram gestados. Trata-se de um período pós-pandêmico em que ainda buscamos adaptações para uma nova realidade decorrente de um fenômeno que acentuou ainda mais as desigualdades sociais tais como o acesso à tecnologia e infraestrutura precária das escolas.

As reflexões tecidas nesta obra, intitulada: “**A Educação enquanto fenômeno social: perspectivas de evolução e tendências**” trazem algumas discussões cujo foco problematiza a educação em diferentes contextos, inclusive o pandêmico, a Educação Matemática Inclusiva, a formação de professores, entre outros.

Dessa forma, convidamos os interessados nos diferentes fenômenos que compõem a educação enquanto prática social enriquecida pelos múltiplos contextos no qual se desenvolve, a refletir à luz desta obra, suas perspectivas e tendências. Esperamos ainda, que ao explorar esse volume, os estudos nele contido possam promover outras investigações e compartilhamentos sobre as

nuances que compõe a educação. Esperamos ter aguçado sua curiosidade sobre as temáticas aqui apresentadas. Portanto, vamos começar?

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Ismael Santos Lira

CAPÍTULO 1 1

JUVENTUDE E DEMOCRACIA: A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PARTICIPAÇÃO ESCOLAR

Marina Barreto Pirani

Guilherme Eduardo Lucas Knappe

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225111>

CAPÍTULO 2 15

INTERAÇÕES LÚDICAS ENTRE BEBÊS E LIVROS INFANTIS: REFLEXÕES E DESAFIOS AOS(AS) PROFESSORES(AS)

Fernanda Gonçalves

Lidnei Ventura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225112>

CAPÍTULO 324

INTERGERACIONALIDADE: RELAÇÕES ENTRE CRIANÇAS E PESSOAS IDOSAS POR MEIO DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Liliane Cristina Dias

Lucia Ceccato de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225113>

CAPÍTULO 437

LA NATURALEZA DE LA CIENCIA Y TECNOLOGÍA (NDCYT) EN LA MOVILIZACIÓN DE CONCEPCIONES DOCENTES: PROCESOS METACOGNITIVOS, TENSIONES E INCIDENCIAS TEMÁTICAS EN UN PROCESO DE FORMACIÓN CONTINUA DEL PROFESORADO DE QUÍMICA

Zenahir Siso-Pavón

Iván Sánchez-Soto

Luigi Cuéllar-Fernández

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225114>

CAPÍTULO 545

MOVIMENTAÇÃO OLÍMPICA: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR E INOVADORA

Ana Rita de Almeida Neves

Antonio Jorge Sena dos Anjos

Kenya Costa Pinto dos Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225115>

CAPÍTULO 652

NARRATIVAS DIGITAIS: UTILIZANDO METODOLOGIAS ATIVAS E APRENDIZAGEM CRIATIVA NO ENSINO DE PORTUGUÊS E LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO PARA O ENSINO TÉCNICO SUPERIOR

Tânia Regina Exposito Ferreira

Sirley Ambrosia Vitorio Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225116>

CAPÍTULO 764

LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERVENÇÕES, SENTIDOS E PRÁTICAS

Andrea Rodrigues Dalcin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225117>

CAPÍTULO 872

NEOLIBERALISMO INDUSTRIAL, BUROCRACIA E CORRUPÇÃO – QUE INFLUÊNCIAS PARA A QUALIDADE DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE?

Evildo França Francisco Celestino Semo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225118>

CAPÍTULO 983

O CURRÍCULO COMO UM DISPOSITIVO DE REGULAÇÃO A PARTIR DO TRABALHO DOCENTE

Grazielle Jenske

Luciana Fiamoncini Frainer

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1262225119>

CAPÍTULO 10.....94

INTERDISCIPLINARIDADE: INSTRUMENTO PEDAGÓGICO VIABILIZADOR DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ACADÊMICA

Francisco Davi Nascimento Oliveira

Lucelia Keila Bitencourt Gomes

Renata Rezende Pinheiro Castro

João de Deus Carvalho Filho

Luciano do Nascimento Ferreira

Andreza Silva Gomes

Dayane Reis Barros de Araújo Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251110>

CAPÍTULO 11 102

O DESEJO DE APRENDER E O PROCESSO CRIATIVO-PENSANTE

Willian Machado Brasil

Cláudia Moscarelli Corral

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251111>

CAPÍTULO 12.....121

O ENSINO DE FILOSOFIA NA REFORMA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO PARÁ

Brenda Leticia de Souza Silva

Luiz Miguel Galvão Queiroz

Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251112>

CAPÍTULO 13..... 145

METODOLOGÍA DE CONSENSO DE LAS FUERZAS VIVAS DEL TERRITORIO PARA LA MEJORA DE LA EDUCACIÓN EN REPÚBLICA DOMINICANA

Raykenler Yzquierdo Herrera

Cristina Molina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251113>

CAPÍTULO 14..... 158

O PAPEL DA ESCOLA NA INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Eliane Araujo Grippa

Adriele Soares

Maria Gabriela do Carmo Sobrosa

Claudiany Peçanha Silva

Carla Corrêa Pacheco Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251114>

CAPÍTULO 15..... 169

LAS COMPETENCIAS INFORMACIONALES DE LOS DOCENTES EN LOS MICROPROCESOS DE LA COMPRENSIÓN LECTORA EN LÍNEA

Silvia Verónica Valdivia Yábar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251115>

CAPÍTULO 16..... 182

O TRABALHO COM O SOROBAN NA INCLUSÃO DE ALUNOS DEFICIENTES VISUAIS NAS AULAS DE MATEMÁTICA

Silvânia Cordeiro de Oliveira

Eliane Sheid Gazire

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251116>

CAPÍTULO 17..... 194

O USO DO *INSTAGRAM* COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA: UM ESTUDO DE CASO DO PERFIL @BIBLIOCIENTIFICA

Maria do Socorro Corrêa da Cruz

Nathalia Regina Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251117>

CAPÍTULO 18..... 204

O USO DO WHATSAPP COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Vivianne Souza de Oliveira Nascimento

Ailton Gonçalves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251118>

CAPÍTULO 19.....	216
MARIA MARTINS: APROXIMAÇÕES AO SURREALISMO	
Wellington Cesário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251119	
CAPÍTULO 20	224
O ENSINO-APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE ATIVIDADES PRÁTICAS: UMA EXPERIÊNCIA PARA O TEMA FAUNA NATIVA	
Debora Michelli Seibel	
Everton Herzer Rossoni	
Izabela Carolina de Souza-Franco	
Franciele Carla Soares	
Felipe Beijamini	
Gilza Maria de Souza-Franco	
Alexandre Carvalho de Moura	
Izabel Aparecida Soares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251120	
CAPÍTULO 21.....	233
O BRINCAR COMO INSTRUMENTO DA ENGENHAGEM NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR INFANTIL	
Silvania Moura da Silva	
Euclides Maurício Trindade Filho	
Antonio Alberto Monteiro de Souza	
Betijane Soares de Barros	
Izabelle Wanessa Campos Galindo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251121	
CAPÍTULO 22	245
MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA EM ENSINO APRENDIZAGEM	
Ingrid Aparecida Siqueira Crispim	
Celso Peixoto Cotta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.12622251122	
SOBRE OS ORGANIZADORES	263
ÍNDICE REMISSIVO	265

JUVENTUDE E DEMOCRACIA: A RELEVÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PARTICIPAÇÃO ESCOLAR

Data de submissão: 15/09/2022

Data de aceite: 01/11/2022

Marina Barreto Pirani

Mestranda em Educação
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Rio Claro - SP
<http://lattes.cnpq.br/6341502427513096>

Guilherme Eduardo Lucas Knappe

Mestre em Educação
Universidade Estadual Paulista – Unesp
Rio Claro - SP
<http://lattes.cnpq.br/3321906235419437>

RESUMO: O foco deste artigo é conhecer, através da revisão bibliográfica, como a prática da gestão democrática nas escolas pode favorecer a relação que se dá entre juventude e democracia e como estas práticas podem se desenvolver dentro do ambiente escolar. As ações deste modelo participativo de gestão podem contribuir na prática cotidiana que conecta jovens, sistema escolar e as políticas organizacionais, tornando a escola um espaço de possibilidades para a atividade democrática e cidadã. A temática é relevante, pois, permite ampliar a discussão sobre a importância de proporcionar aos jovens a possibilidade de participação democrática na construção da escola,

da sociedade e na construção de sua própria identidade. Será utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos de juventude, escola e gestão democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; democracia; gestão democrática, participação escolar.

ABSTRACT: The focus of this management article is to know through a literature review how the practice of democratic management in schools can favor the democratic practice of the youth and how these activities can be developed within the school environment, the participation management model can contribute to the practice that connects youth, the school system and the school organization, transforming the school in a space of possibilities for democratic and citizen education. The theme is relevant, as it allows broadening the discussion on the importance of providing youth with the possibility of democratic participation in the construction of the school, society and the construction of their own identity. The bibliographic review was used as a methodology as it upbrings the concepts of youth and democratic management.

KEYWORDS: Youth; democracy;

democratic management; school participation.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a temática da juventude, trazendo uma reflexão sobre as possibilidades deste grupo atuar em um contexto democrático, dentro do sistema escolar. Primeiramente, serão apresentadas algumas concepções acerca do que seja a juventude. Em um segundo momento, serão trazidas algumas discussões a respeito da gestão democrática na escola, e de como essa prática pode contribuir para a formação dos sujeitos. Por fim, apresentar-se-á uma conclusão sobre como a gestão democrática pode favorecer com que os jovens desenvolvam sua autonomia, responsabilidade e consciência cidadã.

O objetivo deste artigo não é de esgotar os temas propostos, mas abarcar as essencialidades de cada conceito e sintetizar através dos mesmos suas relações e condições, a fim de gerar uma discussão sobre a importância de proporcionar aos jovens uma participação democrática na construção da escola, mas não somente, na construção de sua própria identidade e por que não, na construção da sociedade. A gestão democrática na escola é tema relevante pois converge nas temáticas de juventude, democracia e escola.

Pensar a educação significa considerá-la um processo que pode ser entendido enquanto a apropriação do saber historicamente produzido, prática social, atualização cultural e histórica do homem. O homem durante sua existência, produz material que contribui na construção de sua história, como também, “[...] produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido” (PARO, 1998, p. 301).

Ao refletir sobre a formação educacional da juventude, acredita-se que esta deve permear por entre a prática social e coletiva, respeitando impreterivelmente a diversidade que a juventude carrega consigo, e entendendo a educação enquanto “[...] prática social, portanto, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas, a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de homem, mundo e sociedade” (DOURADO, 2007, p. 923).

Ao considerar que a pluralidade que a juventude carrega consigo advém das diversas realidades históricas, sociais e culturais, e das experiências vividas por estes jovens, Trancoso e Oliveira (2014) também pressupõe que a juventude que se apresenta hoje pode passar por mudanças tanto em sua forma como em seu conteúdo, sem aviso prévio.

Para entender quem são estes jovens, e quais conceitos e definições são discutidos acerca desta temática, serão apresentadas algumas perspectivas de autores sobre a parcela jovem que habita o ambiente escolar, e como estas teorias podem ajudar a compreender o fenômeno da experiência democrática na juventude.

Além disso, também serão abordados alguns enfoques sobre a gestão democrática,

e em especial, como sua prática no meio escolar favorece com que a juventude ali presente participe e faça parte das escolhas e processos decisórios dentro do ambiente escolar, contribuindo para que estes jovens se preparem para os desafios que surgirão ao longo de suas vidas.

A princípio, vale ressaltar que o embasamento teórico gerado a partir da pesquisa bibliográfica, como no caso deste trabalho implica em “[...] explicar, compreender e dar significados aos fatos que se investigam”, como também, permite com que o pesquisador amplie sua visão a respeito da temática estudada (TRIVIÑOS, 2012, p. 99).

1.1 Juventudes e sua definição e o processo de gestão democrática na escola

Para compreender o campo das diversas juventudes presentes na sociedade e como este fenômeno se materializa, existe um amplo espectro de autores que intencionam conceitualizar, definir ou caracterizar os mais variados aspectos desta categoria.

Os estudos relacionados à juventude, podem focar em relações existenciais, sociais, culturais, políticas entre outras. A relação a ser abordada neste trabalho envolve a juventude que está no período escolar, sendo objeto de práticas políticas e organizacionais da instituição escolar a que participam.

Para entender quem são estes jovens, e quais conceitos e definições são discutidos acerca deste grupo, serão apresentados, desde a definição deste grupo pela faixa etária, até as variadas perspectivas sobre a parcela jovem que habita o ambiente escolar, relativas ao seu contexto histórico, cultural e social. Essa reflexão irá permitir embasar e compreender o fenômeno da experiência democrática na juventude.

As concepções de juventude trazidas por órgãos governamentais partem de enquadramento mais rígido, determinando as fases da juventude a partir da noção de faixa etária e conforme o texto se desenvolve, as teorias buscam ampliar o olhar para além das características determinísticas, trazendo para reflexão, uma perspectiva mais abrangente acerca deste grupo.

Segundo o documento População Jovem no Brasil (IBGE, 1999) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considera-se jovem os que estão na faixa dos 15 aos 24 anos de idade. O Instituto apura que no Brasil, a faixa populacional jovem compõe ao menos 17,9% do total da população geral do país (IBGE, 2011).

Na tentativa de caracterizar quem ou o que seriam os jovens, o IBGE tem a intenção de criar dados palpáveis para fins estatísticos e de planejamento, visto que, esta visão sobre o termo juventude possui limitações que deverão ser entendidas mediante a complexidade que a categoria jovens e juventude deve ser abordada.

No Estatuto da Juventude, esse grupo abrange as pessoas que estão com idade entre 15 e 29 anos de idade. Em seu artigo 2º, o documento explicita que as políticas públicas destinadas a esse grupo, devem atender aos princípios da promoção da autonomia, da participação social e política, do reconhecimento do jovem como sujeito de direitos, do

desenvolvimento integral do jovem, do respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva, da solidariedade e da não discriminação (BRASIL, 2013).

Na perspectiva de Souza (2004), a juventude enquanto parte de um conjunto fluido de grupos sociais, não permite enquadramentos rígidos, e é considerada como uma criação humana inventada por adultos para delimitar um determinado grupo social, conseqüentemente, dando sentido de ser ou de pertencer a uma idade. Para além disso, a autora considera necessário desestigmatizar a imagem da juventude como um grupo homogêneo, reconhecendo-os como um grupo que deve ser observado pela ótica da diversidade, levando em consideração que existe uma multiplicidade de características e de identidades que os jovens possuem.

Cassab e Toledo et al (2016) acreditam que para entender as diversas juventudes e suas complexidades, não se podem ignorar as condições histórico-culturais dos integrantes desta categoria, devendo considerar que existem diversas juventudes constituídas em diferentes expressões, a partir das condições culturais e materiais que permeiam por entre estes jovens.

Trancoso e Oliveira (2014) concordam que a pluralidade que a juventude carrega consigo advém das diversas realidades históricas, sociais e culturais, e das experiências vividas por estes jovens, assim como, a juventude que se apresenta hoje pode passar por mudanças tanto em sua forma como em seu conteúdo, sem aviso prévio.

Ao sintetizar a juventude no Estado brasileiro, é necessário conscientizar-se que a sociedade brasileira é fundada sob características patriarcais¹ e autoritárias², o que incide sobre e influencia a juventude em sua constituição como ser social, e não somente, mas a cultura herdada influencia até hoje na participação política dos indivíduos e nas decisões de caráter público que fazem parte da vida das pessoas.

Além desta herança, a sociedade brasileira situa-se política e economicamente inserida em um modelo econômico que determina políticas públicas voltadas para os interesses do mercado em detrimento dos direitos sociais e humanos dos indivíduos. Estes interesses influenciam diretamente na formação dos jovens e diminuem as oportunidades destes em atuar e agir numa perspectiva participativa e democrática.

Apesar da estigmatização da própria juventude enquanto classe, quando se fala das minorias presentes nesse grupo diverso, as dificuldades de participação em sociedade se

1 "O patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. [...] No caso brasileiro, a teoria do patriarcalismo tem servido para a análise das relações de dominação que antecederam a emergência do sistema capitalista" (AGUIAR, 2000, p. 308).

2 Autoritarismo: "[...] uma situação na qual as decisões são tomadas de cima, sem a participação ou o consenso dos subordinados. [...] uma situação de autoritarismo tende a instaurar-se todas as vezes que o poder é tido como legítimo por quem o detém, mas não é mais reconhecido como tal por quem a ele está sujeito. E esta situação se acentua se o detentor do poder recorre à força, ou a outros instrumentos de poder para obter aquela obediência incondicional que não consegue mais na base da crença na legitimidade" (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 94).

agravam, de maneira a impossibilitar a vivência em ambientes onde existe a possibilidade de debate e escolha, inclusive no caso dos jovens mais vulneráveis, onde fica clara esta desvantagem e desigualdade. Estas condições se apresentam de diversas formas, travestidas em preconceito racial, na xenofobia e também pela situação social e econômica da qual pertencem. Sob o ponto de vista de Martins (1997) isso culmina em processos contraditórios, compostos por vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.

Numa sociedade apoiada nos valores mercadológicos, onde a venda da mão de obra é elementar para a sobrevivência e manutenção da vida e dignidade das pessoas, os jovens são incumbidos de direcionar seu tempo e esforços em preparar-se para adentrar nesta lógica, onde muitas vezes passam por processos de exclusão, principalmente se advindos de famílias pobres. A pobreza, para José de Souza Martins, está relacionada à “[...] privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem estar, privação de direitos, privação de liberdade e privação de esperança” (MARTINS, 1997, p. 18). É notória, portanto, a desvantagem que carrega consigo a população advinda das classes de baixa renda, e aumentada esta vulnerabilidade quando se trata ainda de um grupo pertencente a juventude.

Segundo Castel (1997), deve-se levar em consideração também, os fatores interligados entre trabalho precário e fragilidade das redes relacionais, que contribuem por aumentar os riscos de vulnerabilidade e conseqüentemente a isto, influi num isolamento relacional do indivíduo. A zona de vulnerabilidade, classificada assim, exatamente por expor as debilidades que acometem inclusive a juventude mais carente, e é definida como “[...] um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (CASTEL, 1997, p. 26).

A exemplo de tais considerações, a situação dos jovens brasileiros, principalmente os de baixa renda, carece de propostas que viabilizem a prática da autonomia e confiança, tendo em vista preparar e dar suporte ao jovem para a vida em sociedade e a inserção no mercado de trabalho. A perda das relações entre os jovem, conforme aponta Castel (1997), influencia negativamente o desenvolvimento e formação cidadã da juventude, abstraindo de suas possibilidades a efetivação de práticas democráticas. Fica clara a necessidade de viabilizar à estes indivíduos aporte nas situações em que possam causar-lhes danos como a exclusão, a marginalização e a própria contradição.

Tanto a sociedade quanto a escola estão inseridas na lógica neoliberal de desenvolvimento econômico, cultural e social, o qual infere uma desobrigação do estado com a escola pública, além de regular as relações sociais e político – econômicas, deste modo, convertendo a função da escola em mera preparação de recursos humanos para o mercado de trabalho (PARO, 1998).

Conseqüentemente, uma grande parcela do público jovem, ao adentrar para a

esfera do mercado de trabalho, por vezes se depara com uma realidade onde a forma de trabalho precário não é uma escolha, mas sim, uma imposição relativa à sua origem social, e nesta direção, acaba por sofrer um processo de adultização precoce (FRIGOTTO, 1995).

Além disso, outro fato comum quando relacionado ao grupo da juventude quando considerada sua classe social, é a mutilação ou abstenção dos direitos básicos e elementares garantidos pela Constituição Federal, Estatuto da criança e do adolescente, Estatuto da juventude, entre outras políticas existentes, que nem sempre são respeitadas ou levadas à prática quanto à defesa e proteção às juventudes.

Essa abstenção de direitos vai contra o que é preconizado pela função e princípios da educação, que é a formação cidadã dos sujeitos, especialmente dentro do sistema escolar. Segundo Santos (2011), a cidadania pode ser aprendida. Portanto, ser cidadão e os direitos do ser cidadão significam para este autor:

Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 2011, p. 82).

Neste caso, Frigotto (1995) aponta para o fato da desumanização e violência a que são expostos estes sujeitos, mediante atividades marginalizadas. Em consequência disto, o autor considera que é inevitável o aumento da violência, sendo necessário, partir das esferas públicas, maior preocupação na elaboração de políticas públicas voltadas para esta categoria. Esse assunto toma importância na medida que questiona como uma participação democrática, e a prática da democracia podem proporcionar aos jovens uma maior inserção social, a fim de garantir-lhes direitos e uma voz no cenário político atual.

Contudo, não é tão simples imaginar a relação prática entre democracia, escola e seus atores nos dias de hoje (e não foi diferente em outros tempos), principalmente por a escola ser fundada e pautada por modelos de que pressupõe uma escala organizacional hierárquica e que dependendo da equipe gestora, esta pode adotar um modelo autoritário ou democrático, em maior ou menor grau.

Como possibilidade de reverter ou ao menos reduzir estas situações, entende-se que a prática da gestão democrática na escola pode colaborar para a formação dos estudantes, não só educacional, mas também a formação para a cidadania e para a autonomia. Cassab et al. (2016) salientam que a juventude está incorporada em meios sociais complexos, sendo um deles a escola, referência de espaço em comum para a grande maioria dos jovens.

Ao idealizar o local onde todas as juventudes se encontram e se relacionam com outros entes da sociedade, a escola se concretiza como um ambiente de relações e de presença do Estado, da camada adulta de professores, gestores, agentes sociais e comunitários. Por este motivo, ela representa um espaço de possibilidade de escuta e

debate entre cada uma dessas camadas e os jovens, considerando que a experiência da democracia se dá no diálogo e na isonomia de poder.

Ao relacionar a juventude com a prática coletiva de tomada de decisões no interior da escola, Dourado (2007) considera que o processo educacional dos jovens corresponde a um:

[...] processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como locus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação (DOURADO, 2007, p. 923).

Já que a educação é entendida para Paro (1998, p. 301) enquanto a apropriação do saber historicamente produzido, prática social, atualização cultural e histórica do homem, que durante sua existência produz material que contribui na construção de sua história, como também, “[...] produz conhecimentos, técnicas, valores, comportamentos, atitudes, tudo enfim que configura o saber historicamente produzido”, considera-se necessário levar em consideração que a democracia é condição para que os sujeitos possam exercer suas práticas políticas e sociais como sujeitos de direitos.

Para Saviani (1985) esta prática deve se iniciar na escola, ambiente formativo e educativo, para que posteriormente, os jovens possam ampliar sua atuação numa esfera maior de relações, considerando a prática social como meio de alcançar tais pretensões.

A democracia tem como significado formal ser “[...] um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 1998, p. 326).

Para Saviani (1985, p. 80) a democracia é condição *sine qua non* para que os sujeitos possam exercer suas práticas políticas e sociais, como sujeitos de direitos e pertencentes a uma sociedade pautada sobre o slogan de igualdade e liberdade, portanto, “[...] a democracia supõe condições de igualdade entre os diferentes agentes sociais”.

Segundo Santos e Sales (2012), é propriamente a partir da década de 80 que o assunto gestão democrática entra em pauta no Brasil por meio de projetos educativos alternativos. Segundo Cária e Santos *apud* Colares (2014), é neste período em que começam a surgir ideias sobre considerar a participação da comunidade em discussões envolvendo diversas questões como os problemas educacionais, dentre outros interesses da comunidade, gerando assim a oportunidade de agir numa perspectiva democrática na escola.

Segundo Cária e Santos (2014), os movimentos reivindicatórios dos professores, também contribuíram na discussão relacionada ao modelo organizacional burocrático e hierárquico da educação e da escola.

A escola enquanto uma organização complexa, tem características de uma estrutura social burocrática, que rege o seu funcionamento a partir de normas e regras

bem definidas expressadas pelas políticas públicas, assim como normas intrínsecas a sua atividade. Enquanto uma organização, a escola depende de um corpo gerencial que tem como principal função, administrá-la a partir de estratégias e ações que a conduzam aos seus objetivos finais. Para Paro (2018, p. 162), “[...] a atividade administrativa enquanto utilização racional de recursos para a realização de fins, é condição necessária da vida humana, estando presente em todos os tipos de organização social”.

Aktouf (2009) explica que a terminologia gestão e administração servem ao mesmo fim, e ambas significam a condução, o cuidado de alguma coisa, e que, conjuntamente, se trata de uma atividade que envolve uma série de outras atividades que são independentes, e que se destinam a alcançar uma certa combinação de meios (financeiros, humanos etc.), podendo assim gerar uma produção de bens e serviços econômicos socialmente úteis e o tanto quanto for possível e rentáveis para as empresas.

A escola mesmo não sendo uma empresa, tem seus processos gerenciais e administrativos embasados na cultura burocrática e seus processos geralmente submetidos à uma lógica da administração tradicional.

Dentre as especificidades da administração tradicional, é possível relacionar as ações de planejar, dirigir, organizar, decidir e controlar. Esta tarefa geralmente é confiada a pessoas com certo grau de responsabilidade, com garantia de assegurar o bom andamento de instituições produtoras de bens e serviços, sejam estas públicas ou privadas. Administrar também é *fazer*, *é garantir com que as coisas se façam, é enquadrar e motivar os outros, de modo com que façam o que devem fazer*³ (AKTOUF, 2009).

Para Santos e Sales (2012, p. 173) em uma visão mais otimista, a gestão permite a centralização/descentralização do poder, além de ser um “[...] processo político – filosófico e administrativo da condução de um empreendimento humano”.

A administração predominante em nossa sociedade se dá a partir do modelo de administração capitalista, que segundo Paro (2018, p. 106), se configura por “[...] mediar a exploração do trabalho pelo capital, coloca-se a serviço da classe interessada na manutenção da ordem social vigente, exercendo, com isso, função nitidamente conservadora”. Este modelo de administração pautada na gestão tradicional, difere do modelo de gestão democrática, pois, evidencia que a forma como é configurado o modelo de gestão da instituição, é determinante na articulação com a conservação ou a superação de determinada ordem social.

Conseqüentemente, Santos e Sales (2012) consideram que há uma distorção ideológica do conceito democracia na gestão desenvolvida sob a ótica capitalista, e que culmina no seu real ideário de descentralização do poder, convergindo numa pseudodemocratização.

Para transferir o modelo de gestão tradicional para a forma democrática, é preciso estar ciente de que este é um processo a longo prazo, pois, exige mudanças de hábitos

3 Grifo nosso.

com relação à prática de uma gestão de poder centralizado no diretor (a), para um modelo em que a prática organizacional consista na participação de todos os agentes da escola e da comunidade que está inserida (PARO, 1986).

Segundo Santos e Sales (2012), esse modelo implica em envolver a comunidade no processo de reflexão, de desenvolvimento e avaliação de políticas públicas no interior da escola, neste sentido, não enquanto apropriação privada do espaço público, mas na atuação da comunidade no efetivo acompanhamento e controle destes serviços.

A gestão escolar possui especificidades próprias de sua natureza, demarcadas de acordo com seus respectivos fins políticos-pedagógicos, e que impactam diretamente nas ações de desenvolvimento e planejamento da educação e da escola, assim como, nos processos de participação e decisão (DOURADO, 2007).

A proposta da gestão democrática se assume como uma contraproposta em relação ao modelo de administração capitalista dentro da escola, pois, considera que o formato capitalista de gestão infere uma desobrigação do Estado com a escola pública, além de regular as relações sociais e político econômicas, deste modo, convertendo a função da escola em mera preparação de recursos humanos para o mercado de trabalho (PARO, 1998).

Possível de ser colocada em prática por meio do trabalho, de estudos e de organização, a gestão democrática é uma alternativa na condução da organização escolar, partindo da premissa de que a educação possibilita a transformação do sujeito em cidadão, com o mínimo de preparação para assumir suas escolhas e agir de forma consciente e autônoma.

Por sua capacidade de envolver o pensamento e ações voltadas ao coletivo, Santos (2011) expõe que a gestão democrática contribui para a consolidação da cidadania em face da juventude, pois a individualidade por si só afasta os propósitos e metas de liberdade, até porque não existe liberdade solitária.

Conquanto, a ação conjunta propiciada pela prática da gestão democrática, e composta pelos sujeitos sociais envolvidos no ambiente escolar, corrobora com a formação cidadã dos sujeitos, ao passo que “[...] a cidadania, sem dúvida, se aprende [...] ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política” (SANTOS, 2011, p. 82).

Com potencial de transformação, a gestão democrática pode se estruturar a partir de um projeto político pedagógico realmente autêntico, onde há o envolvimento de todos os correspondentes ligados à comunidade escolar. Ao pensar gestão democrática, vale salientar ainda que sua prática deve se pautar em relações dinâmicas, dialógicas e humanas, onde a qualidade tem maior importância que a quantidade, sendo assim, o processo a que se desenvolve tem maior valor que seu resultado.

Conforme expõe Veiga (2010, p. 1) o projeto político-pedagógico se assume como uma alternativa no processo participativo de decisões, tendo por intenção reduzir as

condições de conflitos e contradições por meio da organização do trabalho pedagógico, como também, “[...] eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola”.

Concomitantemente, segundo Veiga (2010, p. 2), é fundamental que o trabalho dentro da escola seja consistente, contínuo e interrelacionado. Para isso, “[...] o projeto pedagógico deve procurar romper com a clássica cisão entre concepção e execução, própria da organização do trabalho fragmentando”.

Nesta lógica, a gestão democrática no espaço escolar coloca toda a comunidade a serviço da construção do projeto político pedagógico da escola, visando como principal objetivo a qualidade da educação, a organização e descentralização das tarefas organizacionais, e para isso impreterivelmente deve contar com o apoio da comunidade (PARO, 1998).

Para uma efetiva transformação, as ações devem ser aprendidas e fundamentadas por meio da interação social no ambiente escolar, em conjunto com a comunidade e os agentes escolares.

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola (PARO, 2018, p. 15).

Ao considerar a escola como local de convívio social entre os jovens com seus pares, professores, agentes da gestão e comunidade escolar, é necessário envolver o espaço escolar na práxis das relações sociais destes jovens, suscitando questões pertinentes a sua participação nas decisões e escolhas do constructo escolar para determinar coletivamente sua forma de organização e gerência.

Cabe reconhecer que a gestão escolar possui especificidades próprias de sua natureza, demarcadas de acordo com seus respectivos fins políticos-pedagógicos, e que impactam diretamente nas ações de desenvolvimento e planejamento da educação e da escola, assim como, nos processos de participação e decisão (DOURADO, 2007).

Sob esta ótica, seria possível enxergar a escola com potencial de transformar seu espaço em ambiente de luta, discussão e consenso coletivo, de modo a cumprir com seu papel educativo na formação e emancipação da juventude, que ao se envolver e participar de sua operacionalização, de acordo com os princípios democráticos, permite que tais ações contribuam para moldar as bases que no futuro farão parte das decisões coletivas da sociedade.

Segundo Paro (1998), a lógica da gestão democrática dentro do espaço escolar, por envolver a comunidade, a escola, seus agentes e os jovens estudantes, passa a ter maiores chances de alcançar os objetivos da qualidade da educação, contribuindo para

a descentralização das tarefas organizacionais, e envolvendo uma maior participação da comunidade nas questões escolares.

Veiga (2010) considera relevante que haja um movimento de reflexão e ação da escola, no sentido de obter consensos a partir da compatibilidade, assim como, da divergência de ideias; afirma que este modelo deve voltar-se para a diversidade e inclusão, independente da origem social dos estudantes; e pontua para a necessidade de práticas que favoreçam o diálogo, a participação e o direito da comunidade escolar, nela incluso os jovens, de inferir nas decisões que afetam o espaço escolar.

Já que a escola é o local de convívio social e consolidação da cidadania entre os jovens com seus pares, professores, agentes da gestão e comunidade escolar, envolver o espaço escolar na práxis das relações sociais destes jovens refere-se a questões pertinentes a sua participação nas decisões e escolhas do constructo escolar para determinar coletivamente sua forma de organização e gerência.

A consolidação da cidadania em face da juventude, se embasa perante o pensamento e ações voltadas ao coletivo, pois a individualidade por si só afasta os propósitos e metas de liberdade. A ação conjunta, no caso da gestão democrática, composta pelos sujeitos sociais envolvidos no ambiente escolar, nele incluso a juventude a qual é objeto deste estudo, oferece os meios para que efetivamente possam alcançar as metas de valor relacionadas ao coletivo, pois não há “liberdade solitária” (SANTOS, 2011).

As mudanças a que se buscam “[...] são assinaladas e dominadas na criação de cada indivíduo por si mesmo em comunicação com todos os outros e pela criação de conjuntos sociais resultantes da convergência de projetos coerentes dos indivíduos” Perroux *apud* Santos (2011, p. 158).

Sob esta ótica, a escola teria potencial de transformar seu espaço em ambiente de luta, discussão e consenso coletivo, de modo a cumprir com seu papel educativo na formação e emancipação da juventude, que ao se envolver e participar de sua operacionalização, de acordo com os princípios democráticos, permite que tais ações contribuam para moldar as bases que no futuro farão parte das decisões coletivas da sociedade.

É no ambiente escolar que deve (ou deveriam) ser apresentadas e difundidas as primeiras práticas democráticas propriamente ditas, tendo em vista estabelecer uma práxis e uma síntese em relação ao que ela significa, para que serve e como deve ser exercida perante o ambiente escolar e perante sua atuação na sociedade em geral, considerando, segundo Saviani (1985, p. 80), que “[...] a democracia supõe condições de igualdade entre os diferentes agentes sociais”.

Acredita-se, portanto, que a escola pode alterar o quadro de estreitamento da participação da juventude na construção da sociedade e desenvolver a partir da gestão democrática, oportunidades de mudança de práticas de discussão e decisões coletivas para esta categoria que tem sua voz tradicionalmente silenciada.

A participação democrática dos jovens na dinâmica do espaço escolar tem a intenção

de propiciar o exercício da democracia, criando identidades que favoreçam a participação e solidariedade desde os anos iniciais da formação escolar. A gestão democrática pode influenciar e alterar os modos de desenvolvimento e constituição da cidadania e garantir os direitos destes jovens no meio social e escolar a que estão envolvidos por boa parte da vida. É no esforço e trabalho em conjunto, que se alcançam as metas de liberdade de uma geração que enseja respeito, a si e seus pares, perante a atual sociedade, que é composta de características que comprimem e sufocam seus anseios.

Assim, portanto, a gestão democrática na escola é tida como uma possibilidade na incessante pretensão em modificar as estruturas sociais que configuram a sociedade brasileira e modula suas ações, sendo a escola o espaço em que a juventude pode transitar em direção à renovação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e Estado, Brasília, v. v.15, p. 303 - 329, dezembro 2000.

AKTOUF, O. **La Administración entre tradición y renovacion**. 4ª. ed. Cali: Artes Gráficas dell Vale - Editores - Impressores Ltda, 2009.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Tradução de Gaetano Lo Monaco, João Ferreira, Carmen C. Varriale. 11ª ed. ed. Brasília: UnB, v. 1, 1998.

BRASIL. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Estatuto da Juventude**, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 08 set 2022.

CÁRIA, N. ; SANTOS, M. P. **Gestão e democracia na escola: limites e desafios**. Regae - Revista de Gestão e Avaliação Educacional, Santa Maria, v. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/regae/article/view/13789/pdf_1>. Acesso em: 08 fev. 2021.

CASSAB, C. et al. **Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira**. Finisterra, Juiz de Fora, p. 103 - 120, abril 2016. CASSAB, C. et al. **Representações na mídia da juventude e a produção do medo: experiência em uma cidade média brasileira**. Finisterra, Juiz de Fora, p. 103 - 120, abril 2016.

CASTEL, R. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”**. Caderno CRH, Salvador, dezembro 1997.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

FRIGOTTO, G. **Educação e Formação Humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. D. Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

IBGE, I. B. D. G. E. E.-. **População Jovem no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE - Departamento de população e indicadores sociais, 1999.

IBGE, I. B. D. G. E. E.-. **Censo demográfico 2010** - características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 2020.

MARTINS, J. D. S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

PARO, V. H. **Administração Escolar**: introdução crítica. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

PARO, V. H. **Gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. In: SILVA, L. H. D. A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis: [s.n.], 1998. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/a_gestao_da_educacao_vitor_Paro.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

PARO, V. H. **Gestão da escola pública**: a participação da comunidade. São Paulo: Editora Ática, 1998.

PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 16ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20S1%20Gestao%20Estrategica%20-%20IFES/01%20PARO_Administra%C3%A7%C3%A3o%20Escolar-Introdu%C3%A7%C3%A3o%20Cr%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021.

PARO, V. H. **Administração Escolar: introdução crítica**. 17ª. ed. São Paulo: Cortez, 2018. Disponível em: <<https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/adminintrocritica.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

SANTOS, M. **O espaço da cidadania e outras reflexões**. 2ª. ed. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

SANTOS, M. D. C. G.; SALES, M. P. D. S. **Gestão democrática da escola e gestão do ensino: a contribuição docente à construção da autonomia na escola**. Revista Ensaio, Belo Horizonte, v. 14, p. 171 - 183, ago - nov 2012. ISSN 2.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 8ª. ed. São Paulo: Cortez Editora / Editora Autores Associados, 1985.

SOUZA, C. Z. V. G. **Juventude e Contemporaneidade: possibilidades e limites**. Última década, Viña Del Mar, n. no20, p. 47-69, junho 2004.

TRANCOSO, A. E. R.; OLIVEIRA, A. A. S. **Juventudes: desafios contemporâneos conceituais**. Ecos - Estudos Contemporâneos da Subjetividade, Mato Grosso, v. 4, p. 262 - 273, abril 2014.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação**. Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, nov. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7179-4-4-rojeto-politicopedagogico-escola-ilma-passos/file>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

A

Aluno com deficiência 158, 159, 161, 168

Aprendizagem 26, 27, 32, 33, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 119, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 186, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 260, 262, 264

Aprendizagem criativa 52, 53, 54, 55, 59, 60, 63

Aprendizagem significativa 32, 45, 49, 51, 198

Arte Brasileira 216

Atividades físicas 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36

B

Bebês 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22

Bibliocientífica 194, 195

Braille 182, 183, 184, 185, 188, 190, 193

Brincar 21, 29, 35, 65, 68, 102, 114, 115, 233, 234, 235, 236, 240, 241, 242, 243, 244

C

Cidadania 6, 9, 11, 12, 13, 45, 46, 47, 105, 118, 138, 160, 186, 254

Cohesión social 145, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156

Competencias informacionales 169, 170, 172, 180

Comprensión lectura 169

Comunicação 11, 26, 33, 52, 54, 56, 62, 69, 134, 184, 195, 196, 197, 199, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 215, 230, 241, 249, 250, 253, 260, 261

Concepciones 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Confronto pedagógico 245

Criatividade 53, 55, 56, 60, 103, 106, 114, 115, 116, 117, 139, 196, 203, 234, 235, 241, 242, 243

Currículo 62, 79, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 138, 140, 141, 166, 167, 245, 248, 252, 253, 260

D

Democracia 1, 2, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 135

Desenvolvimento infantil 233, 234, 237, 243

Didática 67, 95, 115, 143, 203, 215, 232, 247, 248

Dispositivos de poder 83

Docência do ensino superior 95

Docentes 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 62, 92, 93, 124, 138, 140, 146, 153, 155, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 190, 198, 205, 206, 248, 250, 254, 256, 258, 259

E

Educação 1, 2, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 48, 50, 51, 54, 55, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 105, 108, 109, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 143, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 214, 215, 224, 230, 232, 233, 235, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 260, 261, 262, 263, 264

Educação inclusiva 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 182, 183, 184, 186, 191, 192, 193, 244

Educação infantil 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 233, 235, 241, 242, 243, 244

Educación virtual 145, 146, 151

Ensino 13, 14, 19, 24, 32, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 106, 110, 111, 113, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 224, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 260, 262, 263, 264

Ensino de Biologia 225, 231

Ensino de Filosofia 121, 122, 126, 127, 130, 138, 142, 143

Ensino de Matemática 192, 204, 263

Ensino médio 14, 45, 46, 48, 50, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 203, 215, 224, 225, 226, 229, 232, 238

Estratégia pedagógica 194, 198, 199

Estrategias búsqueda 169

F

Ferramenta pedagógica 194, 199, 202, 203

Formação 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 19, 46, 48, 50, 52, 55, 64, 65, 67, 68, 78, 80, 91, 97, 99, 100, 106, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 160, 167, 183, 184, 189, 190, 191, 205, 215, 231, 237, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 251, 253, 254, 260, 261, 262, 263, 264

Formación continua 37

Foucault 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93

G

Gestão democrática 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

H

História da educação 122, 158, 159

I

Inclusão 11, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 244

Industrialização 72, 74

Instagram 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203

Interdisciplinaridade 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 128

Intergeracionalidade 24, 32

J

Juventude 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 124, 127

L

Letramento sensorial 15

Livros infantis 15, 22

M

Mamíferos 225

Maria Martins 216, 217, 218, 219, 222, 223

Matemática 79, 124, 127, 130, 182, 183, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 263, 264

Mediação 47, 133, 167, 182, 190, 191, 193, 202, 203, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 254, 255, 258, 259, 260, 261, 262

Metodologias ativas 52, 53, 55, 63, 94, 96, 215

N

Narrativas 15, 40, 52, 53, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 65, 198, 263

Naturaleza de la ciencia y tecnología 37, 39

Neoliberalismo 12, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 132

P

Papel do Estado 72

Participação escolar 1

Pegadas 224, 225, 227, 228, 229, 230

Pessoas idosas 24, 27, 33, 34, 35

Prática docente 55, 95, 102, 103, 109, 110, 111, 115, 116, 117, 140, 182, 224, 229, 246

Prática pedagógica 45, 46, 198, 214

Q

Qualidade de vida 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36

R

Rede social 194, 197, 198, 199

Reflexão 2, 3, 9, 11, 17, 18, 32, 35, 49, 60, 68, 69, 70, 72, 74, 98, 103, 109, 110, 111, 117, 120, 124, 125, 127, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 160, 166, 191, 230, 231, 241, 244, 246, 247, 256, 257, 258, 261

Reforma curricular 121, 122, 127

Reino animal 225, 226, 232

S

Scratch 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 63

Sistema de educação de qualidade 72, 74, 77

Soroban 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192

Surrealismo 216, 217, 220, 221, 222, 223

T

TIC 170, 175, 180, 204

Trabalho docente 83, 85, 89, 92, 120, 141

W

WhatsApp 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 3

A EDUCAÇÃO ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Perspectivas de evolução e tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Atena
Editora
Ano 2022

Vol 3